

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) Antonio Costa de Jesus

JOÃO DAS BOTTAS E A FLOTILHA ITAPARICANA:
UM ESTUDO SOBRE INTUIÇÃO E RACIONALIDADE

Rio de Janeiro
Ano 2022

CC (T) Antonio Costa de Jesus

JOÃO DAS BOTTAS E A FLOTILHA ITAPARICANA:
UM ESTUDO SOBRE INTUIÇÃO E RACIONALIDADE

Monografia apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para a
conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG (RM1-FN) Antonio Carlos
Rodrigues Martins

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
Ano 2022

AGRADECIMENTOS

À minha amada Nasciara, pelo suporte, compreensão e irrestrito apoio na elaboração deste trabalho. Nosso amor e sintonia permanecem sendo os alicerces de nossas conquistas e os pilares de nossa união.

Aos meus filhos Vinícius, Guilherme e Miguel por serem a fonte constante da minha vontade de superação e de ser, a cada dia, um exemplo melhor para vocês.

Às minhas irmãs Cris, Míriam e Mara, por serem, aqui na Terra, legado incondicional do amor e união semeados por nossos pais, Antonio e Serley, e que me fortalecem, mesmo distante.

Ao meu orientador, CMG (RM1-FN) Rodrigues, por acompanhar-me na construção desta pesquisa, indicando os melhores rumos para alçar os ventos mais favoráveis que me conduziram ao porto seguro do trabalho concluído.

À CMG (RM1-T) Chiara, SO Rodrigues, SO Mauro e demais Oficiais e Praças da EGN que contribuíram, com seus ensinamentos e *expertise*, para nos municiar de informações e conhecimentos necessários para o bom andamento e o resultado final aqui materializado.

À Marinha do Brasil, por ser, desde 1988, minha diária escola querida.

RESUMO

A pesquisa trata sobre a influência da intuição e racionalidade, em ambiente de operações militares. Foi adotado o modelo teórico de Daniel Kahneman, o qual vincula mecanismos que exercem influência em processos decisórios a dois sistemas abstratos: o Sistema 1, vinculado às intervenções mais intuitivas; e o Sistema 2, relacionado às respostas mais, racionalmente, elaboradas. Adicionalmente aos sistemas, destaca-se, também, o modelo *expert intuition*, concernente às decisões emanadas por alguém que detém elevado grau de conhecimento e habilidade, em determinada área. O objetivo da pesquisa foi correlacionar os sistemas de Kahneman a processos decisórios reais, ocorridos em um teatro de operações navais, e identificar se, naquele tipo de ambiente, pode haver preponderância de mecanismos intuitivos ou racionais, nas decisões emitidas. Para tal, e em homenagem ao bicentenário da independência, foi empregado o estudo de caso individual de João das Bottas, destemido Oficial da Marinha, que comandou a Flotilha Itaparicana, nos conflitos pela independência do Brasil, na Bahia, entre 1822 e 1823. Na pesquisa, não foi constatada a predominância de um dos sistemas nas correlações efetuadas, mas sim a atuação dos dois sistemas, em diferentes momentos, em face da experiência que Bottas possuía. Constatou-se, entretanto, a relevância do ambiente e do adestramento para o aperfeiçoamento desses mesmos sistemas, bem como para a formação e capacitação do especialista, o que permitirá que este realize julgamentos mais embasados, seja sobre a influência intuitiva ou racional, uma vez que ambas encontram, na mente, suas fontes de origem. Os exercícios de jogos de guerra, conduzidos pelas Escolas Militares, são citados como oportunas ferramentas de treinamento da mente, para a atuação em ambientes difusos, como é o caso de um conflito armado.

Palavras-chave: Intuição. Racionalidade. Processo Decisório. Intuição do especialista. João das Bottas. Flotilha Itaparicana. Guerra da independência do Brasil na Bahia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	INTUIÇÃO E RACIONALIDADE SEGUNDO O TEÓRICO DANIEL KAHNEMAN.....	8
2.1	Sobre a Intuição e a Racionalidade.....	8
2.2	Características do Sistema 1.....	10
2.3	Características do Sistema 2.....	13
2.4	Intuição do Especialista.....	14
3	JOÃO DAS BOTTAS E A FLOTILHA ITAPARICANA.....	16
3.1	Contexto histórico da Bahia de 1822.....	18
3.2	O início dos conflitos de características navais.....	20
3.3	A batalha de 8 de dezembro de 1822.....	21
3.4	A batalha de 23 de dezembro.....	23
3.5	A batalha de 22 de maio de 1823.....	24
4	CORRELAÇÃO DAS AÇÕES DE JOÃO DAS BOTTAS AOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	26
4.1	O ambiente de João das Bottas e suas habilidades.....	26
4.2	As ações e decisões de Bottas em combate e os Sistemas 1 e 2 de Kahneman...	28
5	CONCLUSÃO.....	31
	REFERÊNCIAS	34
	ANEXOS.....	36

1 INTRODUÇÃO

O homem está, no decorrer de sua vida, sempre envolto a processos que requerem sua participação para a emissão de uma opinião, de um conselho ou para uma tomada de decisão. Esses processos podem assumir configurações simples, como por exemplo: que roupa usar em determinado dia; o que fazer para o almoço; pegar um atalho ou seguir no caminho principal, ou, então, assumirem aspectos mais elaborados, como: onde investir o seu dinheiro; assinar ou não determinado contrato; enfrentar uma tormenta ou fundear em local abrigado e aguardar condições mais satisfatórias. Em resumo, tomar decisões é peculiar ao cotidiano dos indivíduos (MORITZ e PEREIRA, 2011).

No âmbito militar, as rotinas de decisões também existem e tendem a assumir contornos muito mais complexos, sobretudo em um conflito armado (KAHNEMAN, 2012). Nesse tipo de ambiente, em que determinadas decisões podem resultar na vida ou na morte de pessoas, as escolhas podem refletir não apenas um interesse individual, mas também de um grupo, de um batalhão, de uma esquadra, de uma nação.

Em que pese os dados indicarem que as rotinas de decisões fazem parte da história do homem, a forma, contudo, como elas são tomadas, ou como os processos decisórios que as englobam são conduzidos, não é única, tampouco existe uma regra básica que a norteie. Os teóricos desse assunto adotam diferentes linhas de pesquisas para conduzir seus estudos e embasar suas conclusões. Entretanto, de maneira geral, todos abordam, em maior ou menor intensidade, sobre duas importantes vertentes que permeiam esses processos, que são a intuição e a racionalidade.

Na Marinha do Brasil (MB), essas vertentes têm sido, também, objeto de estudo nos Cursos de Altos Estudos, da Escola de Guerra Naval, como podem ser observados, por exemplo, nas pesquisas do CC Rodrigo (RITA, 2016), CC-IM Bruno (ASSUNÇÃO, 2018), CC-T Patrícia (FEFER, 2018), entre outras.

Por julgar tratar-se de uma área de estudo que pode ajudar a embasar justificativas para decisões adotadas em conflitos militares passados, bem como trazer contribuições para o aprimoramento das capacidades dos militares para a atuação nas operações atuais, é que o tema intuição e racionalidade norteará a condução desta pesquisa. Para tal, serão empregados os conceitos do Teórico Daniel Kahneman e, como referência de conflito real, para associação à teoria, serão resgatados alguns fatos sobre a atuação do,

então, Tenente João Francisco de Oliveira Bottas, oficial da Marinha que, entre os anos de 1822 e 1823, atuou à frente da Flotilha Itaparicana, nas batalhas pela independência do Brasil, na Bahia.

O problema pesquisado versa sobre a influência dos processos de intuição e racionalidade nas decisões de um militar, em uma situação adversa de um conflito armado. Pretende-se, assim, responder às seguintes questões de estudo: qual a diferença entre intuição e racionalidade segundo o teórico Daniel Kahneman? E, uma vez definida a diferença, o que pode preponderar no processo decisório, em situações adversas de um conflito, como as enfrentadas pelo Tenente João das Bottas, a intuição ou a razão de seu decisor?

Além das justificativas apresentadas anteriormente, esta pesquisa se mostra relevante ao tentar identificar fatores possíveis de influenciar o processo decisório militar, no teatro de operações, e que podem servir de exemplos para processos decisórios futuros. Ademais, ao selecionar as ações do Tenente João das Bottas como referência, visou-se destacar a importância daquele oficial, no processo de consolidação da independência do Brasil, no ano em que se celebra o bicentenário desse fato histórico.

Para que as soluções das questões de estudo apresentadas sejam alcançadas, esta pesquisa buscará atender ao seguinte objetivo geral: correlacionar os processos decisórios distinguidos, nos quais o Tenente João das Bottas esteve envolvido, à frente da Flotilha Itaparicana, às vertentes dos Sistemas 1 e 2, da teoria de Kahneman, identificando eventuais preponderâncias de um dos sistemas e fatores que, por meio do exemplo estudado, possam concorrer para o aprimoramento da sistemática de processos decisórios, em ambientes de operações na MB. Buscará atender, também, aos seguintes objetivos específicos: descrever os aspectos conceituais relativos à teoria de intuição e racionalidade nos processos decisórios, segundo Kahneman; e distinguir os processos decisórios nos quais o Tenente João das Bottas esteve envolvido, nos conflitos pela independência do Brasil, na Bahia, entre 1822 e 1823.

Quanto aos procedimentos metodológicos para este trabalho, foram adotados a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso singular (YIN, 2010). Para isso, foram feitas consultas às bases de dados da Plataforma Sucupira-Capes, da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e da Rede BIM. Também foram empreendidas visitas ao Forte de São

Lourenço, em Itaparica-BA, e ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em Salvador-BA, por serem localidades de relevância histórica e relacionadas a esta pesquisa.

O presente trabalho apresenta uma estrutura de cinco seções. Logo após esta Introdução, a seção dois trata sobre os pressupostos da teoria de Daniel Kahneman, procurando esclarecer as diferenças entre intuição e racionalidade. Na seção três, é possível conhecer parte dos incríveis feitos de João das Bottas e saber o por que ele foi denominado “o marinheiro da independência”. Já na quarta seção, encontra-se a correlação da teoria estudada, aos processos decisórios aos quais Bottas esteve submetido. Finalizando, na seção cinco, são apresentadas as conclusões do trabalho e indicada sugestão de linha de estudo, à luz dos conhecimentos obtidos nesta pesquisa.

Assim sendo, segue-se, na próxima seção, a descrição dos aspectos conceituais relativos à intuição e racionalidade, segundo a teoria selecionada para enfoque.

2 INTUIÇÃO E RACIONALIDADE SEGUNDO O TEÓRICO DANIEL KAHNEMAN

Nesta seção, serão descritos os aspectos conceituais relativos à teoria da intuição e racionalidade nos processos decisórios tendo, por base o teórico Daniel Kahneman¹, de forma a se dispor dos conhecimentos necessários aos esclarecimentos do problema da pesquisa. De maneira mais particularizada, versará sobre os Sistemas 1 e 2 empregados por Kahneman para representar algumas especificidades que compõem as principais características e diferenças que envolvem a sistemática do emprego da razão e da intuição em tomadas de decisão. A seção será finalizada, conceituando sobre intuição do especialista.

2.1 Sobre a Intuição e a Racionalidade

De uma forma geral, temas como Intuição e Racionalidade podem ser encontrados quando relacionados a assuntos que envolvem tomada de decisão e processos decisórios. Essa relação faz sentido e encontra respaldo desde os primeiros teóricos que começaram a se dedicar a essa temática, sobretudo a partir de meados do século passado, como Herbert Simon (1916-2001), Amos Tversky (1937-1996) e Kahneman.

1 Professor israelense, nascido em 1934, formado em Matemática e Psicologia e radicado nos Estados Unidos da América, onde é professor emérito de psicologia da Universidade de Princeton. Ganhou, em 2012, o Prêmio Nobel de Economia por estudos atinentes a processos de tomada de decisão (KAHNEMAN, 2012).

Moritz e Pereira (2011) comentam sobre os elementos básicos, identificados por Herbert Simon, que constituem um processo de tomada de decisão, entendendo o processo como um conjunto de operações que conduzem o indivíduo a analisar e escolher, entre as alternativas que se apresentam, a resolução para determinada atividade. Os elementos básicos são: o tomador de decisão, ou seja, aquele que fará a escolha dentre as opções de ação; os objetivos a serem alcançados com a decisão; os critérios que o tomador se vale para a escolha dele; a estratégia para atingir os objetivos; a situação ou o ambiente que envolvem a decisão a ser tomada; e o resultado ou consequência da ação desencadeada pela decisão. Esses elementos são dinâmicos e, embora delimitados, raramente o decisor dispõe, instantaneamente, de todos eles, fazendo, assim, com que um ou outro exerçam maior ou menor influência no processo, principalmente, quando o fator tempo e urgência de decisão se fizerem presentes.

Uma vez identificados os elementos que constituem o processo decisório, é possível destacar que o fator principal que permeia todos os elementos é a decisão propriamente dita. Ela pode, como sendo um produto da mente do ser humano, e, no presente trabalho, do elemento decisor, ter aspectos intuitivos ou racionais. Em ambas as hipóteses, de acordo com Popper e Eccles (1992), o cérebro e a memória desempenham vital importância e são suas fontes de origem.

Nossa maravilhosa memória confere a cada um de nós sabedoria e conhecimento em cada uma das etapas de nossa vida. Ela correlaciona as experiências sensoriais imediatas, mas principalmente, ela é modificada e desenvolvida pelo conjunto de nossas experiências passadas (POPPER e ECCLES, 1992, p. 14).

Nota-se que os autores citados encaram a aprendizagem como um processo que é influenciado pelas experiências as quais os seres humanos são submetidos ao longo da vida. Essas experiências alimentam o cabedal individual de conhecimento e ficam disponíveis, na memória, para serem empregadas mediante as demandas decisórias que se apresentarem, nas diferentes atividades da vida, sejam elas cotidianas ou intempestivas.

Agir com a intuição ou com a razão, longe de suas semelhanças e divergências expressarem um consenso entre os teóricos do assunto, implica, antes de tudo, em agir com informações advindas das experiências adquiridas em forma de aprendizagens e armazenadas nas memórias de cada um. A forma como esse conhecimento emerge e é aplicado nas tomadas de decisão é que contribui para reforçar o grau de racionalidade ou de intuitividade aplicado à ação a qual o sujeito é submetido.

Kahneman (2012) propôs, ao iniciar um trabalho de pesquisa em conjunto a Amos Tversky, que o exercício de pensar ocorre na cabeça dos seres humanos de maneira silenciosa, e alheia à vontade destes, e que os resultados desse exercício são os registros, as intuições e as razões que emanam dos pensamentos sem que o indivíduo se dê conta de como esses registros foram parar lá. É um processo automatizado e que vai ganhando robustez à medida que o homem vai aprimorando sua capacidade de identificar os processos de julgamento que a ele se apresentam e compreende os erros e acertos de suas escolhas.

Para Kahneman, alinhado ao pensamento dos cientistas sociais da década de 1970, a natureza humana apresenta duas vertentes: uma que indica que os homens em geral são racionais e, decorrente dessa característica, normalmente emitem rígidas opiniões alicerçadas em elaboradas, e por vezes lentas, análises; e a outra que indica que, sobre circunstâncias emocionais, como pressão, medo, compaixão ou ódio, as escolhas definidas podem ser impulsionadas por vetores intuitivos, que se afastam um pouco da racionalidade, mas agem de forma mais célere.

As diferenças de abordagens e atuações dessas vertentes foram explicadas pelo teórico por meio de dois sistemas fictícios, identificados como Sistema 1 e Sistema 2 (KAHNEMAN, 2012). O primeiro relacionado às escolhas intuitivas, adotadas de forma mais rápidas. Já o segundo, relacionado às seleções revestidas de maior amplitude racional, consequentemente, mais lentas. Ambos os sistemas serão abordados a seguir.

2.2 Características do Sistema 1

Resumidamente, pode-se compreender o Sistema 1 como o responsável por coordenar as ações da maioria das coisas que uma pessoa faz ao longo de um dia. Geralmente, ele age de forma rápida e eficaz, pois se vale de situações familiares e previsões de curto prazo que são atendidas pelas memórias de fácil acesso, às quais Popper e Eccles (1992) denominaram de memórias implícitas. Essas, segundo eles, são memórias que já estão presentes no subconsciente das pessoas e lá ficam disponíveis e permanecem influenciando, constantemente, os diversos processos de escolha.

Sempre operante, o Sistema 1 tem como uma de suas limitações, justamente, esse funcionamento ininterrupto que, apesar de contribuir para as respostas rápidas às variadas situações, tende a ofuscar a operação e inibir uma intervenção mais elaborada do Sistema 2, podendo incorrer em erros sistemáticos de julgamento, em situações específicas.

O Sistema 1 é de fato a origem de grande parte do que fazemos de errado, mas é também a origem da maior parte do que fazemos certo - que é a maior parte do que fazemos. Nossos pensamentos e ações são rotineiramente guiados pelo Sistema 1 e em geral estão corretos. [...] Uma das maravilhas é o rico e detalhado modelo de nosso mundo que é mantido na memória associativa [...] A memória detém também o vasto repertório de habilidades que adquirimos numa vida inteira de prática (KAHNEMAN, 2012, p. 520).

Ora, nota-se, mais uma vez, que o aprendizado relatado como aquisição de habilidades, exerce papel destacado no funcionamento do Sistema 1. Segundo Kahneman, o domínio de habilidades só é possível dentro de um ambiente regular, por meio da prática rotineira e da necessária e rápida avaliação de retorno sobre a ação tomada. O exercício contínuo dessa prática permite o desenvolvimento da experiência necessária para a emissão de julgamentos ou escolhas intuitivas, que rapidamente serão processadas pelo Sistema 1 e, na maioria das vezes, estarão corretas.

O indivíduo sofre, entretanto, seja durante sua aprendizagem e aquisição de habilidades, seja durante uma atividade que demande uma escolha ou decisão, variadas interferências, como do ambiente, de outras pessoas e até mesmo de sua própria compreensão de mundo e da realidade vivenciada, as quais são influenciadas por suas crenças e valores. São essas interferências que, quando não submetidas ao crivo do Sistema 2, podem favorecer às decisões equivocadas, anteriormente comentadas. Kahneman (2012), em seu livro “Rápido e Devagar – duas formas de pensar”, descreve algumas dessas interferências, as quais ele denomina como vieses, e, dentre elas, para exemplificar no presente trabalho, são destacadas: as heurísticas, o conforto cognitivo, a lei do menor esforço, os efeitos HALO e *priming*² e o WYSIATI.

De forma a identificar individualmente esses vieses, detalha-se a seguir um breve esboço de cada um, à luz das definições e características abordadas por Kahneman:

- a) heurísticas: simplificações do pensamento que conduzem a uma seleção por aproximação, de forma escalonada e mediante a análise do conjunto de informações disponíveis e memórias preexistentes no elemento decisor, como gostar ou não de algo, maior afeição ou rejeição a um tipo de coisa, crenças, valores arraigados etc.;
- b) conforto cognitivo: viés relacionado a circunstâncias e elementos que trazem satisfação e comodidade ao indivíduo em momentos de julgamento e escolha. Pode ser explicado de diferentes formas, como por exemplo, o decisor estar ou não de bom humor, estar no início

2 Do inglês: aquilo que impulsiona (tradução nossa).

de um processo de decisão ou já estafado pelo tempo e energia despendidos, a familiaridade com a questão a ser decidida, estado emocional comprometido, entre outros;

c) lei do menor esforço: segundo a qual se há mais de uma forma de executar uma atividade, seja ela física ou mental, nosso corpo automaticamente tende a buscar e percorrer o caminho mais curto e rápido para se atingir o propósito, isto é, cumprir a atividade empreendendo o esforço estritamente necessário para tal;

d) efeito HALO: diz respeito a um processo de decisão influenciado por tendências pré internalizadas pelo indivíduo e correlacionadas à causa em questão. Esse efeito pode sobrevir, também, quando o decisor é submetido, previamente, a fatos, evidências ou informações que, a depender da sequência como lhe é apresentada, conduzirão a uma ou a outra escolha. As nuances desse efeito podem ser observadas, por exemplo, quando se descreve um indivíduo A como sendo Disciplinado, Abnegado, Inquieto, Crítico e Questionador. Já um indivíduo B como sendo Questionador, Crítico, Inquieto, Abnegado e Disciplinado. A tendência, a qual o efeito halo direciona ao se comparar os dois, é considerar o indivíduo A como mais propenso a apresentar desvio de comportamento do que o indivíduo B;

e) efeito *priming*: modelo associativo no qual a mente opera, após sofrer a exposição ou estímulo a determinadas situações, modelos, figuras, ideias ou simples gestos, de maneira voluntária ou não, por meio de comparações e assimilações e tende para determinada escolha ou julgamento, normalmente, direcionando à associação mais recente a qual a memória esteve sob influência. Um exemplo desse efeito é a disposição de um lembrete em uma área avisando as pessoas que elas estão sendo observadas ou filmadas, com o intuito de estimular um melhor comportamento de todos; e

f) WYSIATI: esta sigla corresponde a expressão: *what you see is all there is*³. A explicação da influência desse viés basicamente está descrito no significado de sua sigla, que em outras palavras pode ser resumido em: decidir com a quantidade e qualidade das informações disponíveis, sem rodeios e rapidamente, como é peculiar do Sistema 1.

Todos os vieses apresentados podem atuar no processo decisório, de forma isolada ou conjunta e com diferentes intensidades. Entretanto, para Kahneman, o fato é que todos eles contribuem, em maior ou menor grau, para a emissão de decisões intuitivas, bem como para a restrição de operação e intervenção do Sistema 2. Cabe esclarecer como

3 Do inglês: o que você vê é tudo que há (tradução nossa).

decisões intuitivas aquelas adotadas de forma imediata e espontânea, tendo por referência, basicamente, o reconhecimento de informação armazenada na memória (KAHNEMAN, 2012).

2.3 Características do Sistema 2

O Sistema 2 pode, segundo Kahneman, ser definido como o sistema responsável pelas atividades mentais mais elaboradas, que demandam maiores raciocínios, concentração, conhecimento lógico e estatístico e experiência subjetiva. Por requerer maior grau de concentração, esse sistema opera de forma mais lenta que o Sistema 1 e tem como uma de suas premissas barrar ou reduzir a atuação acelerada deste, favorecendo, assim, a emissão de decisões mais racionais e menos intuitivas às diferentes atividades. Uma forma simples, da qual Kahneman (2012) se vale, para explicar a diferença entre os dois sistemas é exemplificando dois problemas matemáticos: $2 + 2$ e 17×24 . No primeiro a resposta, 4, instintivamente surge na cabeça, seja de uma criança ou adulto. Já no segundo, percebe-se que a resposta não surge imediatamente e que somente com o dispêndio de alguma energia mental, e quiçá até com o emprego de um lápis e papel, se chegará até ela.

Analisar um argumento lógico, gravar na memória números de telefone, comparar e decidir pelo melhor investimento financeiro, optar pela melhor estratégia de combate ou defesa são alguns exemplos de atuação do Sistema 2. Pela complexidade inerente a essas atividades, a operação desse sistema requer atenção e esforço do indivíduo, bem como controle emocional e cognitivo. Seu modo de funcionamento é sistemático e coordenado por regras, por ele mesmo estabelecidas, para melhor conduzir e identificar uma solução mais adequada, ou de menor impacto negativo. Trabalha, necessariamente, com previsões de médio e longo prazo que são atendidas pelas memórias de acesso mais restritos, às quais Popper e Eccles (2012) denominaram de memórias explícitas. Essas memórias, em que pesem estarem armazenadas no cérebro do indivíduo, requerem maior atividade mental para serem localizadas e, uma vez encontradas, colocadas à disposição, de forma clara e explícita, para emprego no julgamento em questão.

Uma forma simplificada de explicar o funcionamento dos Sistemas 1 e 2 no ser humano, de acordo com Kahneman (2012), é compará-los ao funcionamento de um computador. O cérebro seria o processador, responsável por interligar as memórias aos membros e órgãos do corpo e colocá-los em atividade. O Sistema 1 seria a memória RAM,

responsável por armazenamentos temporários e de curta duração, a quem caberia fazer funcionar os programas instalados no computador ou os membros e órgãos no caso do corpo humano. Já o Sistema 2 seria o Disco Rígido, onde, com uma capacidade maior de armazenamento, ficam guardados todos os arquivos julgados importantes para serem mantidos. No caso do corpo humano seriam as memórias de média e longa duração, relacionadas às habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da vida.

O Sistema 2 tem como característica marcante, segundo Kahneman (2012), a organização mental quantitativa e qualitativa. Este atributo, identificado também como raciocínio estatístico, não é inato ao ser humano, mas por meio de treinamento e disciplina pode ser aprendido. Uma vez internalizado, se configura numa poderosa ferramenta mental a qual se vale de dados, categorias e conjuntos para dar, uma vez separados e hierarquizados, origem a valiosas informações que embasarão as decisões a serem emitidas (KAHNEMAN, 2012).

Pode-se concluir, portanto, que o Sistema 2 é aquele mais afeto às questões racionais, contudo seria um grave erro inferir que ele é infalível. Seu potencial de engajamento e capacidade de interlocuções mentais são limitados, sobretudo, quando direcionados às questões acerca de assuntos sobre os quais o indivíduo pouco domina. Segundo Kahneman (2012), é certo dizer que, apesar de sua forma robusta de trabalhar, a atividade mais frequentemente realizada por ele é ratificar ideias e escolhas geradas no Sistema 1.

2.4 Intuição do Especialista

O funcionamento e métodos de abordagens dos Sistemas 1 e 2 são comuns a todos os seres humanos. Kahneman, porém, em um de seus estudos, com o apoio de Gary Klein⁴, elencou a possibilidade de alguns indivíduos se destacarem em processos de tomada de decisão, por meio do treinamento e condicionamento de suas habilidades para essa tarefa (KAHNEMAN, 2012). No início, eles divergiram sobre os detalhes de como alcançar essa especialização⁵, contudo ambos tinham Herbert Simon como o maior estudioso sobre o

4 Psicólogo, nascido nos Estados Unidos da América, em 1944, um dos pioneiros na pesquisa sobre tomada de decisão naturalista. Doutor em psicologia experimental pela Universidade de Pittsburgh (KLEIN, 1988 *apud* RITA, 2016, p.6).

5 sobretudo porque Klein é adepto da teoria de tomada de decisão naturalista, que não é o foco deste trabalho, e discorda da teoria de Kahneman sobre heurísticas e vieses.

assunto de tomada de decisão e, para eles, a intuição nada mais é do que reconhecimento e exercício cotidiano da memória, que pode ser treinada e aperfeiçoada.

Procurando deixar de lado aquilo que os separava e unir esforços nos pontos que os convergiam, Kahneman e Klein logo concluíram que ambos concordavam sobre a natureza e a possibilidade de aquisição da habilidade intuitiva (KAHNEMAN, 2012). Reconheceram, também, que a validade de uma intuição não pode estar assentada apenas na confiança de seu portador. Para refletir um certo grau de validade é preciso, antes, satisfazer duas condições essenciais: que o ambiente apresente um certo grau de regularidade que permita um mínimo de previsibilidade sobre ele; e que haja a possibilidade de treinamento contínuo com o intuito de aprender acerca daquela regularidade.

A intuição do especialista ou *expert intuition*⁶, como Kahneman coloca, não é uma aptidão que se torna lapidada em um ou dois dias, tampouco reflete o conhecimento de uma habilidade isolada. O indivíduo para ser portador desse domínio deve, antes, dedicar-se a repetidas, e por vezes exaustivas, horas e dias de treinamento, repetição, avaliação e aplicação do aprendizado. Assim, ao sedimentar um conhecimento, torna-se, então, um perito, entendendo este como alguém que dispõe, em seu repertório de saberes, de uma coleção de habilidades que o capacitam para desempenhar, com relativos conforto e confiança, várias tarefas em determinada área específica.

Dois pontos importantes, que Kahneman (2012) destaca sobre a intuição do especialista são o ambiente, já mencionado acima como uma das condições essenciais, e o tempo de retorno da avaliação do aprendizado, ou tempo do *feedback*⁷.

Há diferentes tipos de ambientes onde uma escolha ou decisão é requerida, como uma sala de escritório, um centro cirúrgico, um campo de futebol, na calçada de uma rua, em um campo de batalha. Kahneman (2012) define como ambiente de validade zero aqueles onde não é possível se observar uma regularidade de fatos e ocorrências, dificultando ou até mesmo inviabilizando a possibilidade de se estabelecer uma rotina de adestramento e aprendizagem sobre o ambiente e sobre as situações que nele se dão. Em ambientes desse tipo, as previsões rápidas e intuitivas se tornam imprecisas e tendem a comprometer as decisões.

6 Do inglês: intuição especializada (tradução nossa).

7 Do inglês: resposta a um estímulo (tradução nossa).

Já com relação ao *feedback* durante o período do treinamento, quanto menor for o intervalo deste e melhor for a qualidade de suas informações, maior validade terá no curso da sedimentação de determinada habilidade. Isso se deve porque o quanto antes se está de posse de informações relevantes atinentes ao processo de aprendizagem, mais rapidamente se torna possível aplicar eventuais correções de rumo que se façam necessárias, garantindo, assim, uma maior eficácia desse processo (KAHNEMAN, 2012).

De forma a exemplificar possíveis situações de atuação dos Sistemas 1 e 2, bem como identificar a existência ou não de um *expert intuition* num caso real, na próxima seção, será demonstrado o estudo de caso de João das Bottas, oficial da Marinha, que combateu nas batalhas pela independência do Brasil, na Bahia, na primeira metade do século XIX. A atuação de João das Bottas como líder, em algumas contendas, o colocou em várias situações de tomada de decisão, ocasiões que se mostram propícias para se averiguar aspectos relacionados à intuição e à racionalidade.

3 JOÃO DAS BOTTAS E A FLOTILHA ITAPARICANA

Nesta seção, serão resgatados alguns aspectos sobre a participação do Tenente João das Bottas nos conflitos pela independência do Brasil, na Bahia, nos anos de 1822 e 1823, mais especificamente, sobre a atuação dele à frente da Força Naval que ficou conhecida como Flotilha Itaparicana. O objetivo é apresentar situações reais de tomada de decisão, em um teatro de operações navais, visando analisá-las, na seção seguinte, à luz dos conhecimentos estudados na seção anterior.

Segundo Boiteux (1933), João Francisco de Oliveira Bottas (1776-1833), figura do Anexo A, era português de nascimento e pouco se sabe sobre sua infância e criação, bem como sobre o seu ingresso na Marinha portuguesa. Entretanto, seu protagonismo na capital e entorno da província da Bahia, durante os turbulentos dias que antecederam e sucederam a proclamação da independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, contribuíram para que surgissem sobre ele, declarações como a de Sabino Pessoa⁸ (1821-1897) “A Marinha sabe quem foi esse homem de nome tão plebeu e de ações tão fidalgas em presença do inimigo” (BOITEUX, 1933, p.3), ou do professor e historiador Bernardino de Souza⁹ (1884-

8 Fundador da Revista Marítima Brasileira.

9 Um dos fundadores da Academia de Letras da Bahia (cadeira 14).

1949) “o mais atrevido dos marinheiros que se bateram pela nossa causa” (BOITEUX, 1933, p.4).

Bottas era um homem humilde e trabalhador. Não foi nenhum letrado da época, mas gozava de destacada inteligência, sobretudo em forma de curiosidade por aprender e fazer. Disciplinado, gostava de seguir regras e normas e sempre foi leal a sua palavra e as suas convicções. Prezava pela franqueza e detestava a mentira e o fingimento. Não vivia de luxo ou mordomias, mas daquilo que o seu discreto soldo lhe permitia. Honrava sua profissão e jamais usara de artifícios escusos para obter vantagens ante seus pares (BOITEUX, 1933). Discreto e sempre pensativo, agia com grande senso prático e claro discernimento. Não temia o desconhecido, apenas a Deus. Amava a liberdade e sonhava em progredir em sua carreira. Sentia-se brasileiro e procurava demonstrar ser digno de assim ser considerado.

Fator importante de se destacar recai sobre a formação e experiência que João das Botas adquiriu, antes de adentrar no período conflituoso da independência. O primeiro registro de sua atuação na Marinha data de 1809, quando atuava como Contramestre do cais do Arsenal da Marinha da Bahia (BOITEUX, 1933). Assim, Bottas não era um Oficial de carreira, estava no penúltimo posto hierárquico da graduação dos Oficiais Marinheiros¹⁰. Havia ingressado na Força Naval há alguns anos e já percorrido outros postos daquela escala hierárquica como Pagem, Mancebo, Moço ou Grumete e, certamente, Guardião, posto imediatamente inferior ao de Contramestre. Isso retrata que ele já gozava de um bom grau de experiência profissional e dominava algumas habilidades inerentes à carreira naval, sobretudo por guarnecer uma importante organização militar da Marinha, na Bahia, e em posição de liderança.

Sintetizando, sobre João das Bottas e os conflitos na Bahia pode-se dizer que

Foi um dos pioneiros da consolidação da Independência, tendo papel relevante junto aos patriotas baianos do Recôncavo e da Ilha de Itaparica, na reação contra o General Inácio Luís Madeira de Melo, assim contribuindo para a expulsão das tropas portuguesas da Bahia (ABREU, 2018, p. 342).

Como visto na seção anterior deste trabalho, o conhecimento e as habilidades do indivíduo são importantes instrumentos que atuam nos processos de intuição e racionalidade, mas não são os únicos. O ambiente também exerce uma relevante influência em processos de tomada de decisão. Assim, para se compreender como se deu a atuação de

10 Forma como as praças eram denominadas, na Marinha portuguesa, no século XIX.

João das Bottas é preciso conhecer, também, um pouco sobre o meio no qual ele estava inserido, bem como sobre outros atores envolvidos naquele contexto.

3.1 Contexto histórico da Bahia de 1822

Salvador, por ter sido a primeira capital do Brasil, sempre foi uma cidade de destaque entre todas as outras do Brasil, desde a colonização portuguesa. A província da Bahia estava sendo administrada, desde 1821, por uma junta governativa extremamente fiel aos interesses de Portugal e fortemente vigiada e controlada por tropas sob o Comando do General Madeira de Melo (1775-1833). As ideias liberais, como extinção do monopólio do comércio e abolição da escravidão, bem como de emancipação política e implantação de uma república fervilhavam na província há muitos anos, tendo seu ápice ocorrido, em 1798, no episódio historicamente conhecido como a Conjuração Baiana, o qual foi duramente reprimido pelo governo da província (BOITEUX, 1933).

Decorrente da perseguição portuguesa, adeptos do movimento separatista se evadiram da capital e se organizaram pelo Recôncavo baiano, estabelecendo sua sede na cidade de Cachoeira, primeira da província a aclamar o Príncipe Regente, Dom Pedro I, como o verdadeiro governante do Brasil, em junho de 1822 (ALBUQUERQUE, 1985).

O então Contramestre João das Bottas partilhava dos pensamentos liberais e participava de reuniões clandestinas que ocorriam, sobretudo na residência de outros militares mais graduados e, também, adeptos da causa brasileira, que visavam, principalmente, depor a junta governativa portuguesa. Apesar disso, seguia firme e zeloso na condução de suas atividades na Armada Real. Decorrente de sua competência, dedicação ao serviço e anseio por ascender na carreira naval, foi promovido, em 1817, ao cargo de Sota-patrão da Ribeira e, em março de 1818, ao posto de Segundo-Tenente, com o cargo de Patrão-mor (BOITEUX, 1933).

A ascensão de Bottas ao oficialato se deu graças a uma resolução do Conselho do Almirantado, que mandara restabelecer os cargos de Sota-patrão aonde conviesse ou apresentasse tal necessidade. A escolha para a posição se daria dentre “os Oficiais Marinheiros da Mestrança da Real Armada que tendo dado provas da sua inteligência e préstimo fossem considerados hábeis para ocupar os referidos empregos” (BOITEUX, 1933, p.12). Vê-se, portanto, que Bottas crescia em aquisição de habilidades e, consequentemente, em responsabilidades.

Contudo, as aspirações reinantes nas reuniões secretas da qual Bottas participava, sendo a maior delas a deposição da junta portuguesa, foram denunciadas e ele foi, em novembro de 1821, preso e deportado para Lisboa com outros militares e civis, sob acusação de conspiração (BOITEUX, 1933).

A travessia para Portugal, naquela época, era desgastante, e por demais penosa, sobretudo para encarcerados e pessoas alheias à vida embarcado. Bottas, porém, marinheiro de estirpe que era e único entre os prisioneiros, manteve a serenidade e resignação, peculiares aos homens do mar, e procurou manter elevado o moral e a esperança de dias melhores, para si e seus companheiros de cárcere (BOITEUX, 1933).

O exílio de João das Bottas e demais prisioneiros da mesma acusação durou até abril de 1822, quando, após incisivas ações de deputados baianos junto à Corte portuguesa, foram anistiados e autorizados a regressarem ao Brasil, chegando a Salvador em julho daquele mesmo ano. A dor e a saudade que Bottas sofreu longe de sua terra adotada e de sua gente foram enormes. Isso contribuiu para reforçar nele o sentimento de brasilidade e de pertencimento a uma causa agora ainda mais arraigada: a liberdade do povo baiano e brasileiro da mão opressora de Portugal. Ele, gozando da desconfiança daqueles que o cercavam no retorno aos seus afazeres, com a chama da liberdade reforçada em seu íntimo e percebendo que seu lugar não era mais sob as ordens daqueles que oprimiam, não encontrou alternativa senão, também, refugiar-se no Recôncavo (BOITEUX, 1933).

O movimento liberal crescia na Bahia e a luta contra os portugueses, inicialmente, se deu de forma desorganizada. Porém, por ato direto do Príncipe Regente, o general francês Pedro Labatut (1776-1849) foi designado para organizar e comandar o exército responsável por pacificar a província da Bahia. Para tal missão, Labatut partiu do Rio de Janeiro em meados de 1822 e, além dos soldados desta província, contou com reforços advindos de Minas Gerais, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Essa ação irritou o General Madeira de Melo que, isolado em Salvador, se viu obrigado a recolher-se mais à defensiva. Entretanto, Madeira de Melo ainda recebia reforços advindos, por via marítima, diretamente de Portugal. Com eles, praticavam atos de pilhagem contra os focos de resistência em Salvador, bem como nas Ilhas da Baía de Todos os Santos (BTS), principalmente, na Ilha de Itaparica, e arredores (que podem ser identificados no mapa do Anexo B) de onde proviam os gêneros e materiais em geral que abasteciam, tanto a população local, quanto as tropas ali estacionadas (BOITEUX, 1933).

3.2 O início dos conflitos de características navais

O fato crucial que pode ser considerado para o acirramento dos choques no âmbito naval, entre as forças portuguesas e as patriotas, foi o envio, pelo governo de Salvador, de uma escuna de guerra para intimidar a vila de Cachoeira, capital provisória dos patriotas insurgentes. No dia 24 de junho de 1822, por ordem de Madeira de Melo, a escuna abriu cerrado bombardeio àquela vila, pelo simples fato de o povo daquela localidade ter aclamado e comemorado Dom Pedro I como o defensor perpétuo do Brasil. Os patriotas, não vendo alternativa e em uma atitude ousada e inesperada por parte dos portugueses, no dia 28 do corrente mês, aproveitaram o momento em que a embarcação se fazia próxima à vila de São Félix e, a partir dali, lançaram ataques de terra com tiros de canhão e artilharia (BOITEUX, 1933). A vitória rápida e impetuosa chegou com a abordagem e o apresamento da escuna, bem como a morte de 12 combatentes lusos e outros 26 feridos.

A resposta de Madeira de Melo não tardou. Doze dias depois, determinou: estabelecer severo bloqueio no Rio Paraguaçu, principal via de acesso e escoamento de mercadorias do Recôncavo; bombardear o Forte de São Lourenço; e enviar para a Ilha de Itaparica seu mais sanguinário oficial, apelidado de Trinta-Diabos, o qual, acompanhado de 80 soldados, teve carta branca para praticar toda a sorte de injúrias, vandalismo, saques, profanação, matança e destruição sobre a indefesa população da Ilha (CALMON, 1972).

Os ataques portugueses na região de Itaparica e entorno se intensificaram. O Major Antonio de Souza Lima (1792-1846), oficial responsável pela defesa da Ilha, percebeu que uma contraposição às forças lusas no mar era imperiosa, mas sabia das deficiências por parte das forças de resistência que estavam a sua disposição, principalmente, devido à falta de meios adequados e à ausência de um líder qualificado naquele teatro de operações. Um exemplo disso ocorreu em novembro de 1822, quando um barco da resistência itaparicana, comandado por um tenente-coronel e guarnecido por mais 60 homens comuns apenas dispostos a lutar, tentaram abordar, no mar, uma barca-canhoneira inimiga. A falta de planejamento, a inexperiência do comandante da cena de ação e uma forte calmaria que se abateu sobre eles, quando se aproximavam do adversário, quase lhes custaram a apreensão da embarcação pelos portugueses e a vida de todos (CALMON, 1972).

Foi nesse acirrado ambiente e a pedido de Souza Lima, frente ao recente e quase trágico fracasso, que o governo provisório de Cachoeira, no final daquele mesmo mês, após,

inicialmente, relutar à ideia devido a outras prioridades que emergiam, autorizou a criação de uma Flotilha e designou o Segundo-Tenente da Marinha Nacional João Francisco de Oliveira Bottas para ativá-la e comandá-la. A Flotilha, de início, foi integrada por três barcos de borda falsa, uma barca, além da embarcação D. Pedro I, de propriedade do Major Souza Lima e por ele mesmo cedida, a qual foi artilhada com canhão de calibre 12, em rodízio na proa, e guarnecida por 50 homens (BOITEUX, 1933). Essa embarcação se tornaria, por algum tempo, a capitânia da Flotilha.

Bottas empenhou todos os seus esforços na missão recebida. Se dedicava a todas as frentes de combate, como: o recrutamento e o adestramento dos marinheiros, de manobra e de combate; a seleção e equipagem de um estaleiro para a sua Flotilha e um Quartel para abrigar seus comandados; a preparação e armamento das embarcações; a provisão de munição e equipagens necessárias à campanha; e a fortificação de posições estratégicas em terra para o apoio de fogo à Flotilha e defesa contra tentativas de desembarque (CALMON, 1972). O olhar metódico do experiente nauta fazia a diferença nos combates que estariam por vir.

Nas águas da Baía de Todos os Santos, o heroico João das Bottas com sua esquadilha de embarcações ligeiras, fazia maravilhas. Entre os seus principais feitos d'armas, citam-se a ação de 8 de dezembro de 1822 [...]; a de 23 de dezembro [...]; e [...] a de 22 de maio de 1823 (TAUNAY, 1922, p.192, 193 e 196).

No decorrer do conflito pela independência do Brasil na Bahia, houve diversos embates nos quais a Flotilha Itaparica atuou, entretanto, no presente trabalho, apenas as ações acima citadas serão, resumidamente, pontuadas nas subseções seguintes.

3.3 A batalha de 8 de dezembro de 1822

Os confrontos entre as forças portuguesas e patriotas prosseguiram em várias frentes. Embarcações lusitanas mantinham, fundeadas e à distância segura do Forte de São Lourenço – figuras 1 e 2 do Anexo C, vigilância sobre o trânsito de embarcações naquela região. Havia, estacionados em Itaparica, 18 saveiros, de transporte de carga, atonetados de mantimentos e demais artigos provenientes do Recôncavo. Esse material tinha como destino o exército pacificador do General Labatut, que se encontrava acampado na região de Pirajá, em Salvador, próximo ao acesso do Rio Cotegipe, na BTS. As forças brasileiras já padeciam de itens básicos de alimentação e a necessidade de reabastecimento se fazia premente (CALMON, 1972).

A força naval portuguesa que mantinha a vigilância naquela área contava com treze embarcações de batalha, sendo: dois brigueiros, uma escuna, duas grandes barcas e oito canhoneiras. Todas encontravam-se perfeitamente aparelhadas e guarnecidas por marinheiros e soldados devidamente preparados para o combate (BOITEUX, 1933). As forças pró Brasil contavam apenas com a embarcação D. Pedro I que, conforme já mencionado, foi a única, até então, que João das Bottas teve tempo hábil de, rudimentarmente, equipá-la para eventuais confrontos.

“Os heróis são temerários. Não seriam heróis, se não o fossem” (CALMON, 1972, p.17). Em que pese toda a adversidade que a situação demonstrava, com ares inclusive de missão suicida, o líder não refugou. “Para que estava ele ali, então?” (BOITEUX, 1933, p.63), perguntou o próprio Bottas, em conferência dos patriotas para decidir sobre como ajudar o exército em Salvador. Reforçou o oficial que “[...] quando se apresentou ao serviço da nobre causa, viera disposto a sacrificar-se por ela, a derramar o seu sangue, dar a sua vida em holocausto ao Brasil, sua pátria de eleição. Que confiassem nele!” (BOITEUX, 1933, p.64). Ora, tamanha demonstração de patriotismo e coragem, naquele momento, serviu para angariar, entre pescadores e gente do mar da região, voluntários para segui-lo na arriscada empreitada.

Ao raiar do dia 8 de dezembro, com o tempo bom e o vento suave, Bottas convocou os patrões dos 18 saveiros e lhes transmitiu instruções para o cumprimento da travessia, principalmente, táticas de manobras evasivas contra tiros de canhões e eventuais tentativas de abordagem. Reuniu, também, os homens da Pedro I e, após lhes estimular o brio, ressaltou a todos que seria melhor morrer e afundar a carga a deixá-la cair em mãos inimigas, fortalecendo a resistência deles e aumentando o sofrimento do exército nacional (BOITEUX, 1933). Após isso, determinou o embarque e a partida. Aos que em terra ficaram só restaram duas certezas: ou eles cumpririam a missão ou morreriam tentando.

Com o vento a feição para os saveiros, estes seguiram em linha, tomando a direção, com todo leme, rumo à foz do Rio Cotegipe, o porto seguro deles. A Pedro I desgarrou da linha e seguiu em direção aos barcos portugueses. A tática de Bottas foi chamar para si a atenção do inimigo, de forma a ganhar tempo para que os saveiros pudessem se afastar ao máximo, impedindo, assim, que os lusos os alcançassem após o embate com o seu barco (BOITEUX, 1933).

Os barcos portugueses estavam separados em dois grupos, um com o vento mais a barlavento e o outro com o vento de sota. Chegando a uma distância apropriada entre os dois grupos do inimigo, Bottas determinou o abrir fogo ferozmente contra o capitânia adversário. A manobra aguerrida causou alvoroço entre os portugueses, que tentavam se agrupar e destruir o atrevido barco que se aproximava (BOITEUX, 1933). Entretanto, tendo o vento a seu favor, com manobras ágeis e tiros rápidos e certos, em pouco tempo a Pedro I derrubou o mastro do alvo almejado e avariou, gravemente, outros dois. Enquanto isso, os 18 saveiros, menores e com melhor velame, seguiam se afastando.

Ao perceber que os saveiros já se encontravam a uma distância segura, a Pedro I se pôs em retirada, deixando em caos a força oponente. Ao final da tarde, daquele dia 8, Bottas e os 18 saveiros entraram em segurança na foz do Cotegipe. Ele, temendo o reagrupamento dos portugueses, decidiu que não havia tempo para comemorações. Naquela mesma noite, regressou com todas as embarcações, chegando em Itaparica ao amanhecer seguinte, em segurança. Não se perdeu nenhum homem, nenhuma embarcação, nenhuma carga. O terror do Comandante dos insurgentes havia sido implantado (BOITEUX, 1933).

3.4 A batalha de 23 de dezembro

O êxito alcançado em oito de dezembro encheu os patriotas da Flotilha Itaparicana de orgulho e entusiasmo para novas missões e o novo desafio não tardaria a chegar. Enquanto isso, Bottas, com o prestígio e a admiração reforçados entre os seus, não deixava a soberba, nem a inércia lhe consumirem (BOITEUX, 1933). Aproveitava o tempo disponível para reforçar o adestramento e as linhas de defesa, fiscalizar os reparos, melhoramentos e prontificação de barcos e instruir seu pessoal sobre as fainas e manobras necessárias para se obter o êxito nos embates navais.

Percebendo o vigor de seus comandados e que a chama da vitória ainda ardia dentro deles, Bottas decidiu realizar um novo ataque empregando apenas a D. Pedro I, seu navio capitânia. Os alvos seriam quatorze embarcações portuguesas fundeadas nas proximidades da Ilha de Itaparica, algumas delas participantes da contenda do início do mês. Seus amigos próximos lhe aconselharam prudência, uma vez que a sorte já o havia ajudado uma vez, mas ele sabia dos riscos e, confiando mais no seu valor e nas habilidades de seus marinheiros, decidiu prosseguir com o plano (BOITEUX, 1933).

No dia 23 de dezembro, aproveitando a manhã de vento favorável e mar calmo, satisfatório para pôr em execução seu plano, João das Bottas partiu com sua intrépida tripulação. Sagaz em suas manobras de vela e leme e com uma artilharia mais rápida que os portugueses a Pedro I, das 8 às 11h30 daquela manhã, trouxe morte e destruição a várias embarcações inimigas (BOITEUX, 1933). É bem possível que a fraca pontaria e a pouca coordenação de ataque dos portugueses contribuíram para que os patriotas, mesmo escoteiro, sustentassem aquela batalha e levassem ruína àquelas embarcações.

Após três horas e meia de intensas artilharias, a exaustão no barco de Bottas era visível, mas não era a pior das evidências. Apesar de cansados, sobravam-lhes coragem e destemor para a batalha, mas faltava-lhes um insumo vital para a guerra: a munição. Bottas, percebendo também que o vento começava a mudar de direção e que passaria a melhor favorecer ao inimigo, reconheceu o erro de sua missão e que não obteria êxito em prosseguir. Contudo, com sabedoria, manobrou a Pedro I rumo à Praia de Amoreiras, ponto de terra em Itaparica mais próximo do local onde estava, e conduziu para lá sua embarcação (BOITEUX, 1933). Os Portugueses tentaram segui-lo e atingi-lo a todo custo, mas, além dos baixios daquela região, armadilha fatal para embarcações de maior calado, foram repelidos pelo cerrado apoio de fogo de terra, que ampararam a abicagem segura dos patriotas. Mais uma vez, não houve baixas do lado brasileiro, apenas feridos leves. Já do lado português, os números de mortos e feridos foram grandes. Os danos materiais também.

3.5 A batalha de 22 de maio de 1823

João das Bottas, então Primeiro-Tenente, promovido em campanha pelo General Labatut em face dos exitosos resultados que ele vinha obtendo naquela guerra, recebeu a missão de conduzir o Coronel Felisberto Gomes Caldeira (1786-1824), da Ilha de Itaparica para o Engenho Olaria, para que ele se juntasse às tropas do exército pacificador. Seria mais uma arriscada missão, pois as águas da BTS estavam ainda mais vigiadas pelos portugueses, em face das derrotas que eles tinham sofrido para os lados de Itaparica e dos reforços recém-chegados de Portugal (BOITEUX, 1933).

Três canhoneiras da Flotilha foram alocadas para a missão: a Vinte e Cinco de Junho, a Vila de S. Francisco e a D. Januária (CALMON, 1972). A primeira, comandada por Bottas, seria a capitânia que, com a D. Januária, fariam a escolta. O Coronel Felisberto seguiria embarcado na Vila de S. Francisco.

Já próximos do destino, a Flotilha Itaparicana foi interceptada por sete canhoneiras portuguesas, maiores e mais artilhadas. Bottas manobrou, rapidamente, em conjunto ao outro escolta para tentar repelir os inimigos. A Vila de S. Francisco seguiu, por ordem do Coronel Felisberto, para efetuar o desembarque dele no ponto combinado. Logo em seguida, a embarcação retornou para se juntar aos outros dois barcos da Flotilha.

O confronto seguiu feroz e, inicialmente, pareceu pender para o lado lusitano, frente ao número desigual de embarcações. Mas, os valorosos combatentes patriotas, sob o comando de Bottas, “mostraram que não o número e a força, mas sim o sangue frio e o discernimento são os principais motores da maior parte das vitórias” (BOITEUX, 1933, p.137).

Em dado momento, uma das canhoneiras inimigas se aproximou do D. Januária numa tentativa de abordagem. O comandante patriota, entretanto, percebendo a intenção e aproveitando a posição favorável de sua artilharia, desferiu fogo certeiro sobre o oponente, derrubando-lhe o mastro principal, matando e fazendo muitos feridos a bordo, praticamente inviabilizando sua navegação. A ocasião se mostrava propícia para o apresamento daquela embarcação, mas a posição desfavorável de vento não permitiu que o D. Januária se aproximasse. Bottas, percebendo a situação e estando a barlavento, partiu em auxílio ao barco de sua Flotilha, antes que os portugueses assim o fizessem com a embarcação deles (SCAVARDA, 1967). Ao se aproximar, rapidamente, ordenou a abordagem e o apresamento da embarcação inimiga. Os outros dois barcos da Flotilha partiram em ataque aos demais barcos lusitanos que, ao verem o apresamento feito por Bottas, se colocaram em fuga. A batalha durou das 14 às 17 horas e resultou, para o lado brasileiro, em apenas 4 feridos.

A esquadra brasileira, comandada por Lord Cochrane (1775-1860), já se encontrava nas proximidades daquela região, por ordem do Príncipe Regente, para ajudar a pôr fim na resistência portuguesa à independência, nas províncias rebeldes (SCAVARDA, 1967). Cochrane decidiu, assim que tomou conhecimento do apresamento conduzido pela Flotilha e da conduta de Bottas, e em reconhecimento pelo feito, promovê-lo a Capitão-Tenente, bem como encaminhou 1.000 (mil) pesos fortes¹¹ para serem distribuídos entre as tripulações das três embarcações.

Uma vez demonstradas algumas situações reais de atuação de João das Bottas, onde processos decisórios envolvendo intuição e racionalidade podem ter sido exigidos, na

11 Valor monetário em moedas de ouro ou prata.

próxima seção serão correlacionadas essas ações aos pressupostos apresentados na seção anterior, de forma a identificar, ou não, a incidência de um ou outro processo.

4 CORRELAÇÃO DAS AÇÕES DE JOÃO DAS BOTTAS AOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Tendo sido relatadas, na seção anterior, algumas experiências reais, nas quais o Tenente João das Bottas esteve submetido a situações que exigiram dele um julgamento, seja em forma de escolha, seleção ou decisão, nesta seção, serão correlacionadas algumas dessas situações aos pressupostos teóricos de Daniel Kahneman, apresentados na seção dois. Primeiramente, o ambiente e as habilidades de Bottas serão abordados e, num segundo momento, as ações e decisões dele em combate.

4.1 O ambiente de João das Bottas e suas habilidades

Antes de tratar sobre as ações de João das Bottas propriamente ditas, o ambiente no qual ele estava inserido será analisado, pois para Kahneman, como foi demonstrado, o meio exerce importante influência nos processos decisórios aos quais o indivíduo está submetido.

O Estado de beligerância, no qual a Bahia do pré e pós independência do Brasil estava envolta, pode enquadrar o ambiente de Bottas como não regular, ou, como estabeleceu Kahneman, como um ambiente de regularidade zero. Isso porque a guerra, como bem definiu Carl von Clausewitz (1780-1831), militar prussiano considerado um dos maiores teóricos sobre esse assunto,

é o domínio da incerteza. Três quartos dos fatores em que baseiam-se os combates na guerra estão envoltos numa névoa de maior ou menor incerteza. É necessário um discernimento sensível e perspicaz e uma exímia inteligência para descobrir a verdade. [...] A guerra é o reino do acaso. [...] O acaso torna tudo mais incerto e interfere com todo o rumo dos acontecimentos (CLAUSEWITZ, 1984, p. 109).

Sendo a guerra um ambiente de incertezas, onde o acaso impera, e uma vez que vários conflitos armados assolavam aquela Bahia de 1822 e 1823, pode-se inferir que era neste tipo de ambiente conturbado que João das Bottas estava atuando. Particularmente, sua atuação no ambiente naval se revestia de uma pressão ainda maior, pois, de acordo com Alfred Mahan (1840-1914), militar estadunidense estudioso de estratégia marítima e naval, as massas continentais dependem do Poder Marítimo e este da pressão e do controle que o

Poder Naval exerce sobre ele (CAMINHA, 1983). Portanto, da atuação de Bottas e de sua Flotilha dependiam tanto o exército pacificador de Labatut, como o dos opositores, comandado por Madeira de Melo.

Nesse tipo de ambiente, torna-se difícil observar uma regularidade de ocorrências que permitam estabelecer uma rotina de aprendizagem e, consequentemente, que viabilize o aperfeiçoamento do indivíduo e o robustecimento de sua capacidade de escolhas e julgamentos. Entretanto, difícil não é sinônimo de impossível. Segundo Kahneman (2012), para minimizar os efeitos dos vieses que ele elencou, mais comuns e reincidentes nesse tipo de meio, e permitir escolhas ou decisões mais eficazes e eficientes, é necessário que haja, previamente, uma dedicação mais intensificada a treinamentos e, se possível, aos diferentes tipos de simulações, essas as mais próximas do real possível.

Pode-se citar, como exemplos de simulações, que as Marinha do século XXI têm empregado, os Jogos de Guerra. Estes, conduzidos principalmente em ambientes virtuais, propiciados pelo desenvolvimento da informática e tecnologias correlatas, procuram reproduzir diferentes tipos de cenários, atores e problemáticas, que, uma vez definidos, possibilitam, aos indivíduos a eles submetidos, ampliar o escopo de exposição a diferentes conflitos, e, consequentemente, aos decorrentes processos decisórios.

Nessa vertente, reforçou a importância dos exercícios de guerra, o Vice-Almirante e historiador João Carlos Gonçalves Caminha (1923-2010), ao afirmar que “o grau de adestramento, como fator de poder militar, é dependente do tempo a ele consagrado desde o tempo de paz e de sua adequabilidade às realidades táticas a serem enfrentadas” (CAMINHA, 1983, p.42). Essa premissa vale tanto para os exercícios de campo, como para jogos empregados em simuladores.

Como foi demonstrado na seção 3, Bottas era um militar já experiente nas lides marinheiras, condição essa alcançada não só por meio de treinamentos, mas, principalmente, pela prática diária de suas atribuições. Sua promoção ao oficialato, em 1818, pode resumir a dedicação que ele emprestava ao serviço naval, bem como a posse de atributos, como inteligência e liderança, de uma forma destacada em relação a seus pares. É possível se chegar a essa conclusão, haja vista que na Marinha Real portuguesa da época era comum dificultar, ao máximo, a concessão de honras e promoções de postos militares superiores ao pessoal subalterno (BOITEUX, 1933). Essa permissão, após rígido crivo meritocrático, era conferida a poucos.

As habilidades e experiência de Bottas, bem como suas relevâncias, podem ser verificadas, também, por meio do exemplo apresentado sobre a ação naval comandada por um Tenente-Coronel do exército pacificador, na Ilha de Itaparica. Apesar da antiguidade e dos conhecimentos militares de combate daquele oficial, ele quase teve o barco e a sua tripulação aprisionados pelo inimigo, em face, dentre outras coisas, da imperícia dele naquele teatro de operações. Bottas, desde sua chegada a Itaparica e nas diversas missões que atuou, mostrou desenvoltura, habilidade de combate, conhecimentos navais e coragem. Nas arriscadas e desiguais contendidas, demonstradas na seção anterior, ele não perdeu um subordinado sequer, bem como nenhum barco de sua Flotilha. Além disso, infligiu ao inimigo elevado número de baixas de pessoal, por mortes ou ferimentos, e severos danos materiais.

Configura-se importante destacar esses aspectos, tanto do ambiente, como dos conhecimentos e habilidades que Bottas possuía, para que assim as atuações dele em combate, nos três confrontos navais que foram apresentados na seção anterior, e as premissas de intuição e racionalidade, características dos Sistemas 1 e 2, apresentadas na seção dois, possam ser melhores correlacionadas. Essas correlações serão tratadas na subseção seguinte.

4.2 As ações e decisões de Bottas em combate e os Sistemas 1 e 2 de Kahneman

Com a necessidade de condução de 18 embarcações carregadas de mantimentos e outros materiais, de Itaparica até Salvador, no lado oposto da Baía de Todos os Santos, João das Bottas, recém-chegado à Ilha de Itaparica, logo se deparou em meio a uma importante decisão que envolveria a participação da jovem Flotilha criada. O conselho de administração e segurança da Ilha procurava uma alternativa viável para que aquela carga chegasse ao seu destino, porém, sem expôr ou minimizar o risco dela cair em mãos inimigas. Bottas sabia que, naquele momento, a Flotilha só dispunha de uma embarcação pronta para o combate, ainda que ela não apresentasse as condições ideais para fazer frente aos portugueses. Entretanto, a necessidade de abastecer o exército pacificador, que já enfrentava sérias dificuldades, devido a falta de gêneros básicos, e a falta de outras alternativas de transporte a curto prazo, além da via marítima, pesariam no julgamento de Bottas.

Enquanto Bottas participava daquela reunião, certamente o Sistema 1 dele trabalhava no processamento das informações e ávido por expressar sua vontade. Contudo, é possível inferir que esse Sistema sofria influência do viés da heurística, em consequência da

crença que Bottas nutria pela causa da independência bem como de sua afeição ao serviço naval, e do viés do conforto cognitivo, estimulado pelo entusiasmo dele por aquela que seria a primeira missão da Flotilha e por sua familiaridade com a missão. Entretanto, Bottas não se precipitou em expôr sua posição. Primeiramente, ele ouviu os participantes, comparou os argumentos e as possibilidades, organizou mentalmente todas as informações debatidas, e, no momento que julgou adequado, interferiu. Isso são características inerentes à atuação do Sistema 2, que analisou as opções disponíveis (controlando a ansiedade do Sistema 1 que, de certo, procurava executar a lei do menor esforço e não pensar demais), interpretou-as, de acordo com as suas habilidades e experiências, e conduziu para a opção julgada mais apropriada. A resposta de Bottas, indagando para que ele estaria ali então, além de demonstrar a elevada coragem moral daquele marinheiro, expressou, em poucas palavras, o elevado grau de coerência e racionalidade de sua decisão.

Por outro lado, ao partir para a missão propriamente dita, daquele 8 de dezembro de 1822, a conduta de Bottas pode, dificilmente, ser enquadrada como baseada em características proeminentemente baseadas na razão. As únicas certezas de que ele dispunha, no início da travessia, eram suas habilidades marinheiras, a boa capacidade de navegação dos saveiros e a convicção que o impelia a cumprir aquela missão ou morrer tentando. Já os vieses de incertezas eram muitos, como por exemplo: qual seria a reação do inimigo; como sua tripulação agiria diante da artilharia iminente; como seria o desempenho do seu barco; e o que ele faria se os portugueses optassem por ir capturar os saveiros em vez de enfrentá-lo. É provável que os efeitos do viés WYSIATI falaram mais forte, guiando Bottas a agir de acordo com sua intuição, frente ao tabuleiro naval que a ele se apresentou naquele momento, como o vento favorável, a separação da frota portuguesa, o efeito surpresa do ataque, a coragem e a determinação de seus homens.

Com o êxito obtido na campanha de 8 de dezembro, apesar da grande desvantagem numérica dos brasileiros, não seria de se estranhar que Bottas se sentisse impulsionado em não tardar para agir, novamente, contra os portugueses. Esse efeito, advindo do fervor que ainda ardia no peito dele e de seus homens e das memórias da recente e vitoriosa contenda, é característico dos vieses definidos por Kahneman como efeitos *priming* e HALO. Conforme demonstrado na seção dois, esses vieses operam por comparações e assimilações e tendem a direcionar os julgamentos para associá-los às memórias mais recentes, no caso dos patriotas à vantagem alcançada sobre os portugueses.

Apesar de alertado, por seus aliados, dos riscos de uma nova investida, Bottas aventurou-se, impulsionado pelo Sistema 1, em um novo confronto no dia 23 do mesmo mês. Dessa vez, sem um motivo proeminente que o justificasse, como a demanda urgente por reabastecimento do exército pacificador da missão anterior. A falta de munição e o cansaço da tripulação da embarcação D. Pedro I, devido ao prolongamento do combate e a quantidade de embarcações adversárias, são exemplos básicos da falta de planejamento prévio para uma missão que tinha por base o ataque à frota inimiga. Na guerra, o ímpeto não pode superar a razão, pois como já havia alertado Clausewitz, “a coragem guiada por um intelecto excepcional é a marca de um herói. Este tipo de coragem não consiste em desafiar a ordem natural das coisas e em transgredir grosseiramente as leis da probabilidade” (CLAUSEWITZ, 1984, p.217).

Diferentemente da ação de 23 de dezembro, na qual os erros primários foram cometidos e certamente serviram de aprendizagem para Bottas e sua Flotilha, a batalha de 22 maio de 1823 pode ser caracterizada por uma missão naval devidamente planejada para um fim específico.

Naquela altura dos conflitos, a Flotilha já tinha à disposição outros barcos em condições de serem empregados na missão. Além disso, a tripulação da Flotilha, que girava em torno de 700 homens (ABREU, 2018), encontrava-se melhor preparada, haja vista que o Comandante havia submetido os seus comandados a uma quantidade maior de treinamentos, bem como a outras batalhas. Ele teve tempo, também, ainda que restrito, de avaliar e corrigir eventuais erros de procedimento observados durante os treinamentos e as batalhas.

Bottas pôde, então, dimensionar, adequadamente e dentro dos limites que dispunha, a força naval que seria empregada para conduzir o Coronel Felisberto rumo a Salvador. Ele usufruiu de seu conhecimento sobre estratégia naval para designar duas embarcações, como escoltas, e uma terceira, também de combate, encarregada de transportar o referido Coronel. Como mais experiente na Flotilha, Bottas chamou para si a responsabilidade pela defesa dos Barcos daquela missão, guarnecendo uma das embarcações de escolta e embarcando a autoridade em outro barco. Isso possibilitou que ele desempenhasse e coordenasse, com confiança e perícia, as principais tarefas inerentes a um Chefe Naval naquela missão: proteger, dissuadir e apresar.

Uma vez estabelecidas as correlações entre as teorias de Kahneman (2012), sobre intuição e racionalidade, e algumas ações e tomadas de decisões nas quais o Tenente João das Bottas esteve envolvido, nos conflitos de 1822 e 1823, na Bahia, serão conduzidas, na seção seguinte, as conclusões e sugestões do presente trabalho.

5 CONCLUSÃO

Na presente pesquisa, o tema intuição e racionalidade em operações militares foi trabalhado à luz dos sistemas abstratos 1 e 2, conceituados por Daniel Kahneman. Conforme foi apresentado, esses sistemas são responsáveis pela definição do modo de processamento da mente humana, quando ela é submetida a uma atividade que requeira um julgamento, uma escolha ou uma decisão.

Com a finalidade de demonstrar, na prática militar, a forma de atuação dos referidos sistemas, foram retratados episódios reais vivenciados por João das Bottas, militar da Marinha, comandante da Flotilha Itaparicana, durante os conflitos pela independência do Brasil, na Bahia, nos anos de 1822 e 1823.

Dos relatos expostos, foram destacadas três batalhas, nas quais João das Bottas esteve submetido aos seguintes processos decisórios: a opção pela condução de um comboio de 18 saveiros, carregados com itens para reabastecimento de tropas aliadas, da Ilha de Itaparica para Salvador, dispondo de, apenas, uma embarcação de combate para escolta, contra treze inimigas que vigiavam a área; a decisão por uma missão de ataque empreendida contra quatorze embarcações de combate inimigas, fundeadas ao largo de Itaparica, empregando apenas uma embarcação; e na missão de transporte de uma autoridade, também de Itaparica para Salvador, utilizando três embarcações da Flotilha, a escolha por integrar uma das canhoneiras de escolta, em vez da embarcação da autoridade, optando por enfrentar sete canhoneiras inimigas.

Da análise implementada na seção quatro, referente à correlação dos processos decisórios, destacados no parágrafo anterior, às vertentes teóricas dos Sistemas 1 e 2, bem como dos pressupostos atinentes à intuição do especialista foi possível chegar às respostas que contribuíram para elucidar os questionamentos desta pesquisa.

A primeira resposta, que se emergiu, foi concluir que a diferença entre intuição e racionalidade é definida pelo grau de atuação dos Sistemas 1 e 2 nos processos decisórios,

aos quais o indivíduo for submetido. Na maioria das vezes, ou seja, na vida cotidiana, o Sistema 1, responsável, prioritariamente, pelas escolhas intuitivas, é o sistema que opera de forma mais acelerada e atuante. Isso ocorre porque ele trabalha com informações e respostas que já estão prontas, e de fácil acesso, na memória do indivíduo. O reconhecimento dessas informações e respostas é que caracteriza a intuição. Elas, porém, podem sofrer influências de diferentes vieses, que nada mais são do que fatores internos e externos ao indivíduo, que podem persuadir o seu julgamento. Já o Sistema 2, lento e mais racional, é ativado quando o Sistema 1 não encontra, rapidamente, a solução desejada, ou, então, quando deseja barrar a operação acelerada deste, visando a emissão de decisões mais elaboradas, por meio de informações e respostas que não se encontram prontas na mente, mas podem ser construídas com o emprego do raciocínio.

A segunda resposta encontrada, tomando por base o estudo de caso de João das Bottas, foi que não há preponderância de um dos sistemas nos processos decisórios, em situações adversas como o conflito armado. As habilidades que Bottas possuía, bem como os atributos de coragem e liderança, que nele se destacavam, foram determinantes para que ambos os sistemas operassem, cada qual em situação específica, nos processos decisórios com os quais se deparou, e em diferentes momentos. Constatou-se, também, em face da antiguidade e experiência que ele gozava, assim como dos treinamentos de manobra e combate que ele dominava e procurava transmitir aos seus comandados, a ocorrência, em alguns de seus julgamentos, de traços da intuição do especialista.

Fatores importantes constatados, também, nesta pesquisa, e que devem ser motivos de permanente atenção dizem respeito ao ambiente e ao adestramento. Esses dois vetores, de acordo com a teoria estudada, têm relação direta com a sistemática de funcionamento dos Sistemas 1 e 2, assim como da intuição do especialista. A operacionalidade desses três modelos condutores de processos decisórios pode ser aperfeiçoada, à medida que o ambiente possa ser identificado e o adestramento, considerando esse ambiente, possa ser aprimorado e intensificado.

Em se tratando de operações militares, uma forma oportuna, que vem sendo adotada pelas Escolas Militares, visando esse aprimoramento, são os jogos de guerra. Em que pese a impossibilidade desses jogos retratarem, por exemplo, a responsabilidade, a intensidade e a dor que um, ou vários, combatentes feridos, ou mortos, podem acarretar ao elemento decisor, eles contribuem para municiar os participantes com informações e

ensinamentos que, uma vez armazenados na memória, implícita ou explícita, poderão ser capturados, em um processo, intuitivo ou racional, de decisão.

Jogos como o “Carimbó”, “MAHJID” e “AZUVER”, conduzidos pela Escola de Guerra Naval, têm contribuído para a formação e aperfeiçoamento de Oficiais da Marinha do Brasil (MB), para o exercício de atividades em áreas de responsabilidade do Poder Naval. Essas atividades envolvem várias esferas de atuação daqueles Oficiais. A participação deles, em diferentes funções nos exercícios, incrementam suas habilidades e predisposições para estarem mais aptos a serem submetidos a diferentes tipos e níveis de processos decisórios.

Uma vez que o propósito desta pesquisa foi alcançado, sugere-se, como ponto de partida para pesquisas futuras, analisar a contribuição que o incremento dos jogos de guerra, com a participação de outras agências governamentais, pode trazer para os Oficiais da MB, de forma a lhes ampliar o leque de informações e robustecer a capacidade de atuação de seus Sistemas 1 e 2, visando eventuais empregos em processos decisórios decorrentes desse tipo de operação.

Essa proposta se mostra pertinente, uma vez que ações de interoperabilidade entre a Marinha e outros órgãos de diferentes esferas do poder público, como a Polícia Federal, Ibama, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Corpos de Bombeiros Militares, Defesa Civil, dentre outros, têm crescido. Exemplo de grande repercussão, desse tipo de atuação, ocorreu, em 2019, no combate ao crime de derramamento de óleo no mar, que assolou parte da costa nordeste e sudeste do Brasil.

Assim, se mostra necessário que a Força Naval preveja, no seu escopo de suas operações, o incremento de sua participação em ações interagências, seja para reconhecer e decidir sobre as possibilidades de apoio dessas agências às operações de caráter eminentemente militar, seja para estar apta a uma participação ampla e conjunta em uma eventual crise, como a de 2019, acima exemplificada. E aos Oficiais da MB, principais elementos decisores da Força, o estudo futuro pode contribuir para propor ações de aprimoramento da capacitação de forma a familiarizá-los com os possíveis vieses que podem emergir desse tipo de operação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Guilherme Mattos de. (Org). **Marinha do Brasil: uma Síntese Histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

ASSUNÇÃO, Bruno Ricardo da Silva. **As Tomadas de Decisão de Winston Churchill Durante a Segunda Guerra Mundial sob o enfoque da Intuição e Racionalidade**. 2018. Trabalho de Conclusão do Curso (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores - CEMOS), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **As Façanhas de João das Bottas**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1933.

CALMON, Jorge. **A Flotilha Itaparicana**. Salvador: Editora EGBA, 1972.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **Delineamentos da Estratégia**. Vol 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.

CLAUSEWITZ, Car Von. **Da Guerra**. Tradução para o inglês: HOWARD, M. e PARET, P. Tradução para o Português: VALLE, L. C. N. e S. do. Rio de Janeiro: 1984. Disponível em: <https://www.amigosdamarinha.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FEFER, Patrícia. **A Intuição e a Racionalidade nos Processos Decisórios**: a contribuição da intuição na tomada de decisão dos comandantes de navio da Marinha do Brasil, 2018. Trabalho de Conclusão do Curso (Curso Superior - C-SUP), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

FRANÇA, Júnia Lessa e VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 10ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

MORITZ, G. O; PEREIRA, M. F. **Processo decisório**; revisão e ampliação de Adenir Steinbach. 2ª ed. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206389/2/CST%20GP%20-%20Processo%20decisório%20-%20MIO-LO.pdf>. Acesso em: 07 jul.2022.

POPPER, Karl Raimund; ECCLES, John Carew. **O Cérebro e o Pensamentos**. Tradução GARCIA, S. M; ARANTES, H. C. F; e OLIVEIRA, A. O. C. de. 2ª edição. São Paulo: Editora Papirus, 1992.

RITA, Rodrigo de Araujo Cid Santa. **A Decisão Intuitiva**: a experiência conta, 2016. Trabalho de Conclusão do Curso (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores - CEMOS), Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2016.

SCAVARDA, Levy. Capitão-de-Fragata João Francisco de Oliveira Bottas: O Marinheiro da Independência. **Revista Marítima Brasileira**, jul./ago./set. 1967, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1967.

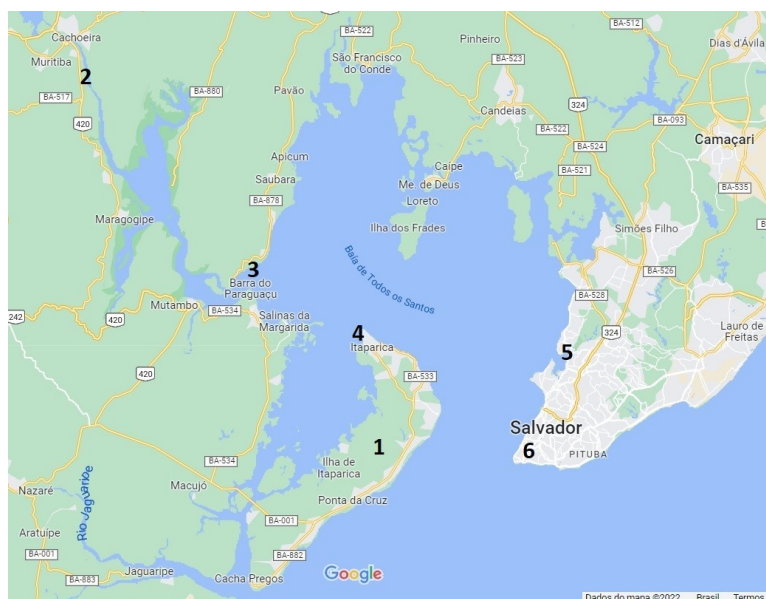
TAUNAY, Alfredo M. A. d'E. **Grandes Vultos da Independência Brasileira**: publicação comemorativa do primeiro centenário da independência nacional. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1922. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6960/1/45000009128_Output.o.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

YIN. Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2ª edição. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

ANEXO A - FIGURA JOÃO DAS BOTTAS



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

ANEXO B - MAPA ILHA DE ITAPARICA E ARREDORES (BRASIL-BA)

- 1 - Ilha de Itaparica;
 - 2 - Vila de Canhoeira, Sede do Governo Provisório;
 - 3 - Barra do Rio Paraguaçu;
 - 4 - Forte de São Lourenço;
 - 5 - Barra do Coteipe - área de ocupação das tropas patriotas; e
 - 6 - Sede do Governo Português, na então Província da Bahia.
- Fonte: Google Earth.

ANEXO C - FORTE DE SÃO LOURENÇO (BRASIL-BA)

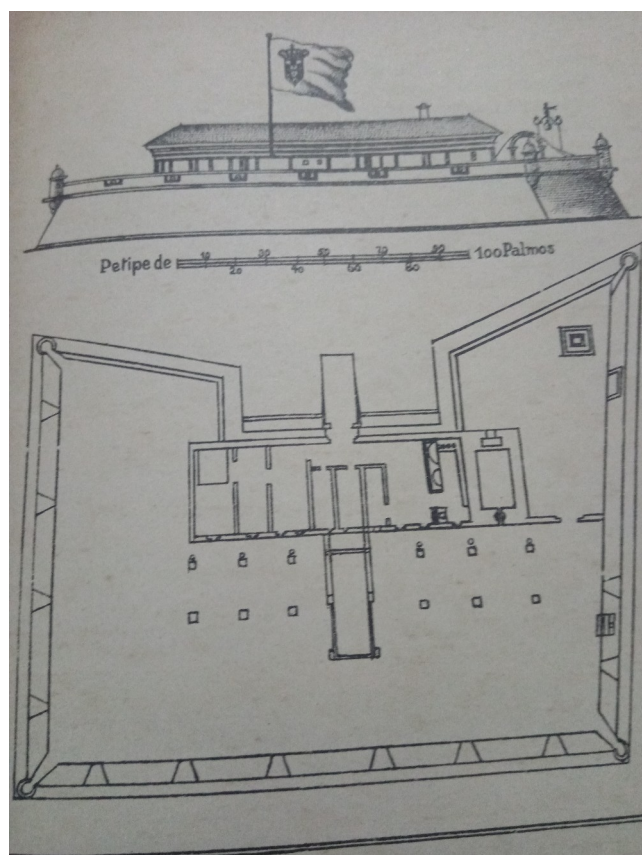


Figura 1: Forte de São Lourenço - 1822.
Fonte: BOITEUX, 1933, p.41.



Figura 4: Forte de São Lourenço - 2022.
Fonte: Arquivo Base Naval de Aratu.